



1 FINALIDADE DO PROJETO ESTRATÉGICO

Promover eficiência na gestão de recursos para assegurar a realização da Estratégia, a partir de uma política organizacional de planejamento e execução dos recursos. O projeto está alinhado ao objetivo estratégico: **Promover a eficiência na gestão de recursos.**

2 JUSTIFICATIVA

É comum, no cotidiano do administrador público, a expressão “eficiência” no contexto de fazer mais e melhor com os recursos disponíveis ou com um número menor. Dentre os vários conceitos existentes, podemos entender eficiência como a relação do emprego de recursos de forma a obter a melhor relação custo benefício entre os objetivos estabelecidos e os recursos utilizados que devem ser aplicados de forma racional. Além disso, o conceito deve ser complementado pelas definições de eficácia e efetividade. Eficácia está relacionada a verificar o alcance dos resultados previstos em termos de quantidade e qualidade, já a efetividade verifica se os efeitos dos programas ou projetos atenderam as demandas e necessidades da comunidade. Dentre os vários entendimentos sobre eficiência citamos a definição de Moraes, Medauar e Santos:

1. [...] aquele que impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir maior rentabilidade social (MORAES, 2002).
2. [...] o princípio da eficiência determina que a Administração deve agir, de modo rápido e preciso, para produzir resultados que satisfaçam as necessidades da população. Eficiência contrapõe-se a lentidão, a descaso, a negligência, a omissão – características habituais da Administração Pública brasileira, com raras exceções (MEDAUAR, 2003).
3. [...] pretendeu deixar claro que a atuação do administrador, além de se dar com presteza, agilidade, perfeição e rendimento, deve ser feita nos limites da lei, sempre voltada para o alcance de uma finalidade pública, respeitando-se parâmetros morais válidos e socialmente aceitáveis. O administrador público não deverá apenas atuar dentro da legalidade, mas deverá também lutar para alcançar resultados positivos para o serviço público, incluindo o atendimento satisfatório, tempestivo e eficaz das necessidades coletivas (SANTOS, 2003).



ESTRATÉGIA DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE RONDÔNIA

Pelos conceitos expostos, podemos concluir que a eficiência não se resume a redução do fazer mais com menor recurso, mas que a redução de custos deve ser perseguida ao mesmo tempo em que se promova o aperfeiçoamento da prestação dos serviços e o estabelecimento de metas e indicadores de desempenho, o foco está em resultados. Alcançar um bom desempenho não se resume apenas na implantação de instrumentos de avaliação organizacional, mas também pela viabilização de diversos instrumentos gerenciais, começando pelo próprio planejamento estratégico, organizado em programas ou projetos; desconcentração; descentralização ou ampliação da flexibilidade gerencial; estabelecimento de indicadores de desempenho e de metas para a realização da avaliação de desempenho. De mesma importância, o gerenciamento e a avaliação dos indicadores dos objetivos direcionadores da instituição, que permitem a revisão e eliminação de procedimentos ineficientes e ineficazes.

Todo esse processo fornecerá subsídios para a definição de novas metas gerenciais. Outro item primordial é a formação de uma mentalidade empreendedora, um dos elementos a serem perseguidos para o desenvolvimento de uma gestão pública eficiente, que prima por resultados e serviços de qualidade. Com esse propósito idealizou-se este projeto para promover eficiência na gestão de recursos a partir de uma política de planejamento com foco em resultados.

3 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Alinhado à Perspectiva Processos, ao tema Eficiência Operacional e ao objetivo “Promover a eficiência na gestão de recursos”.

4 LINHA DE ATUAÇÃO

- Alocação eficiente de recursos
- Alinhamento à estratégia
- Execução orçamentária
- Controle e fiscalização
- Responsabilização
- Parcerias
- Gestão de projetos



5 PLANO DE AÇÃO

META 6 Atingir 30% em 2012, 60% em 2015 e 100% em 2018 de sucesso na execução dos projetos					
ITEM	AÇÃO	RESPONSÁVEL	INICIO	FIM	ATIVIDADE / PROJETO OPERACIONAL VINCULADO
1	Tornar efetiva a gestão dos projetos estratégicos	Coordenador da COPLAN	NOV/2011	DEZ/2018	Atividade RAE
1.1	Envolver a Alta Administração no processo de elaboração e execução do planejamento	Comitê Estratégico	NOV/2011	DEZ/2018	
1.1.1	Participar das Reuniões de Análise Estratégica (RAE)	Comitê Estratégico	NOV/2011	DEZ/2018	
1.2	Relatar os resultados alcançados por projeto estratégico, de acordo com o cronograma estabelecido	Unidade responsável por PE	JAN/2012	DEZ/2018	
2	Alinhar as unidades do PJRO para cumprimento das metas institucionais	CMGE/Coplan	FEV/2012	DEZ/2018	Alinhamento Estratégico – A Estratégica em Ação
2.1	Apresentar metas de curto, médio e longo prazo	CMGE/Coplan	NOV/2011	DEZ/2018	PO - Alinhamento Estratégico
3	Implantar política de gestão de bens patrimoniais	Depad/SA	JAN/2012	DEZ/2018	
3.1	Elaborar diagnóstico da estrutura de bens imóveis e móveis	Responsáveis pela COINF, DEA e DEPAD	JAN/2012	ABR/2012	
3.2	Elaborar planejamento de aquisição, distribuição e aproveitamento de imóveis e móveis	Responsáveis pela COINF, DEA e DEPAD	ABR/2012	JUN/2012	
3.3	Implantar política de padronização de bens móveis	Depad/SA	JAN/2013	DEZ/2018	
4.1	Definir bens a serem padronizados	Secretaria Administrativa/Coinf	JAN/2013	MAI/2014	



ESTRATÉGIA DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE RONDÔNIA

META 6 Atingir 30% em 2012, 60% em 2015 e 100% em 2018 de sucesso na execução dos projetos					
ITEM	AÇÃO	RESPONSÁVEL	INICIO	FIM	ATIVIDADE / PROJETO OPERACIONAL VINCULADO
5	Implementar ações para cumprimento do Manual de Processos de Trabalho da área Administrativa (ações de controle interno - CCI)	CCI	JAN/2012	DEZ/2018	
5.1	Gerenciar os processos de trabalho a partir dos pontos de controle	CMGE/Coplan	JAN/2012	DEZ/2018	
6	Otimizar o gerenciamento de bens e recursos no Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA	CCI	ABR/2012	DEZ/2018	
6.1	Idealizar e organizar as alterações necessárias para integração de todos os Módulos com vista ao controle de conformidade	Coordenador da CCI	ABR/2012	DEZ/2012	
7	Aumentar a eficiência alocativa dos recursos orçamentários	COPLAN	JAN/2012	DEZ/2018	PO Planejar
7.1	Realizar workshops anuais para elaboração do planejamento orçamentário	CPO/Coplan	JAN/2012	DEZ/2018	
8	Implantar o Centro de Custos por Responsabilidades	CCI e COPLAN	ABR/2013	DEZ/2018	
8.1	Elaborar estudo da metodologia	CCI e COPLAN	ABR/2013	ABR/2014	
8.2	Apresentar proposta	CCI e da COPLAN	ABR/2014	JUL/2014	
8.3	Aprovar a proposta	Presidente	JUL/2014	DEZ/2014	



ESTRATÉGIA DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE RONDÔNIA

META 6 Atingir 30% em 2012, 60% em 2015 e 100% em 2018 de sucesso na execução dos projetos					
ITEM	AÇÃO	RESPONSÁVEL	INICIO	FIM	ATIVIDADE / PROJETO OPERACIONAL VINCULADO
9	Desenvolver, em conjunto com a unidade de gestão de pessoas, programa de desenvolvimento de lideranças	SA e Coplan	JAN/2012	DEZ/2018	
9.1	Elaborar programa	DRH	MAR/2012	JUN/2012	
9.2	Aprovar o projeto	Presidente	JUN/2012	JUL/2012	
9.3	Executar o projeto	DRH	JAN/2013	DEZ/2018	
10	Implantar sistema de avaliação da Gestão	COPLAN	JAN/2013	DEZ/2018	
10.1	Criar grupo de trabalho	Presidente	JAN/2013	MAR/2013	
10.2	Definir os critérios de excelência em gestão	Grupo de Trabalho	MAR/2013	AGO/2013	
10.3	Aprovar a metodologia de avaliação	Presidente	SET/2013	DEZ/2013	
10.4	Aplicar metodologia, bianualmente	Coordenador da COPLAN	JAN/2014	DEZ/2018	



ESTRATÉGIA DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE RONDÔNIA

META 7	Executar 100% do valor disponibilizado para iniciativas estratégicas até 2015 (85% em 2012, 90% em 2013, 95% em 2014, 100% até 2015)				
ITEM	AÇÃO	RESPONSÁVEL	INICIO	FIM	ATIVIDADE / PROJETO OPERACIONAL VINCULADO
1	Otimizar as contratações	Diretores do DEF e do DEC	JAN/2012	DEZ/2018	Plano de Aquisições
1.1	Elaborar plano de contratação	Diretores do DEF e do DEC	OUT/2011	DEZ/2018	
1.2	Firmar termos de cooperação técnica visando contratações compartilhadas	Diretor do DEC	JAN/2012	DEZ/2018	
2	Gerenciar a execução orçamentária	SA	NOV/2011	DEZ/2015	
2.1	Realizar a Programação de Desembolso	Coplan/DEC			
2.2	Desenvolver Fluxo de Caixa	DEF			
3	Elaborar, em conjunto com a unidade de desenvolvimento de pessoas, programa de educação continuada nas contratações públicas	Diretores do DEF e do DEC	JAN/2012	DEZ/2018	
4	Disponibilizar Portal do Fornecedor	Diretores do DEF e do DEC; e Coordenador da COINF	NOV/2011	DEZ/2015	
5	Otimizar o sistema de gerenciamento da execução orçamentária e financeira	Diretor do DEF	JAN/2011	DEZ/2015	
5.1	Idealizar e organizar as alterações necessárias no Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA)	Diretor do DEF	JAN/2011	DEZ/2015	



6 INDICADORES E METAS DO PROJETO

INDICADOR 5	Índice de sucesso na execução dos projetos.									
FÓRMULA DO INDICADOR 5	N. de projetos estratégicos com metas alcançadas/ total de projetos estratégicos previstos na Estratégia.									
META 5	Atingir 30% em 2012, 60% em 2015 e 90% em 2018 de sucesso na execução dos projetos.									
DETALHAMENTO DA META 5	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Sem linha de base	–	–	30%	40%	50%	60%	70%	80%	100%

INDICADOR 6	Índice de execução do orçamento estratégico .									
FÓRMULA DO INDICADOR 6	Valor executado nas iniciativas estratégicas / valor disponibilizado para tal.									
META 6	Executar 100% do valor disponibilizado para iniciativas estratégicas, até 2015 .									
DETALHAMENTO DA META 6	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Apurada em 2010	70%	80%	85%	90%	95%	100%	100%	100%	100%



7 RISCOS DO PROJETO

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS						
SE (CAUSA)	ENTÃO (CONSEQUÊNCIA)	CATEGORIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	SEVERIDADE	RESPOSTA
Não houver apoio da alta administração.	Risco de descontinuidade do projeto e risco de não atingimento das metas.	Qualidade	Média	Muito Alto	Altíssimo risco	Esclarecer e envolver a administração acerca do objetivo do projeto.
Se não houver comprometimento dos gestores.	Risco de descontinuidade do projeto e risco de não atingimento das metas.	Qualidade	Alta	Muito Alto	Altíssimo risco	Envolver os gestores em todo o projeto. Atuar para garantir os recursos necessários.
Se não houver alinhamento da estratégia e do orçamento	Risco de descontinuidade do projeto.	Qualidade	Média	Muito Alto	Altíssimo risco	Atuar para garantir os recursos necessários no orçamento.
Se não forem executadas as ações de capacitação previstas para a equipe	Risco de não atingimento das metas.	Qualidade	Média	Alto	Alto risco	Atuar para garantir os recursos necessários à capacitação



ESTRATÉGIA DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE RONDÔNIA

8 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJETO ESTRATÉGICO

Meta 1: Atingir 40% em 2012, 60% até 2015 e 100% em 2018 de sucesso na execução dos projetos

Coordenadoria de Planejamento – Coplan

Telefone: (69) 3217 1367, 3217 1368, 3217 1386

Endereço eletrônico: coplan@tjro.jus.br

Meta 2: Executar 100% do valor disponibilizado para iniciativas estratégicas, até 2015

Secretaria Administrativa - SA. Delegação: Departamento de Economia e Finanças – DEF e Departamento de Compras - DEC.

Telefone: (69) 3217 1165

Endereço eletrônico: def@tjro.jus.br

9 APROVAÇÃO DO PROJETO

Comitê de Planejamento Estratégico

Presidente do Tribunal de Justiça/RO